



Edital/FJP nº.003/2018

O Presidente da Fundação João Pinheiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º, Inciso I, do Decreto Estadual nº 47.214/17, torna público que estarão abertas as inscrições para a seleção da turma 2019-2021 do Curso de Mestrado em Administração Pública, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, em conformidade com as disposições deste Edital, do Regimento Interno da EG/FJP, dos Regulamentos específicos do Curso, e demais normas que regem ou vierem a reger a espécie, inclusive deliberações do Colegiado do Curso de Mestrado.

1. INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO

1.1 O curso de Mestrado visa aos interessados em obter formação teórica e técnica concernentes ao campo da gestão pública, formulação, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas.

1.1.1 O Curso integra o Sistema Nacional de Pós-Graduação, sendo recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), consoante o Parecer nº. 818 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado por ato do Ministro da Educação, nos termos da Portaria nº 1.733, de 07 de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 1999.

1.1.2 Constitui requisito, a ser comprovado no ato de inscrição do presente processo seletivo, a conclusão de curso de graduação, em Curso de Nível Superior devidamente reconhecido pelo MEC.

1.2 A atividade de pesquisa conduzida no âmbito do programa do Curso de Mestrado tem por principal foco as questões relativas ao Estado, Instituições e Gestão de Políticas Públicas.

1.2.1 O corpo docente do Mestrado em Administração Pública é composto por professores do quadro da Fundação João Pinheiro e professores colaboradores, todos portadores do título de doutor e devidamente credenciados nos termos do Regulamento Interno da Instituição.

1.3 O Curso de Mestrado em Administração Pública está estruturado em 2 (dois) núcleos de disciplinas presenciais:

1.3.1 Disciplinas obrigatórias: Economia do Setor Público; Gestão da Informação na Administração Pública; Gestão Pública; Metodologia de Pesquisa (A e B); Políticas Públicas; Teoria das Organizações - 13(treze) créditos; 195 (cento e noventa e cinco) horas/aulas.

1.3.2 Disciplinas optativas: Democracia e Novas Formas de Participação e Deliberação; Desenho e Avaliação de Projetos e Programas Sociais; Direito Público; Economia, Política e Instituições; Educação e Desigualdade; Estado do Bem-Estar e Sistema de Proteção Social no Brasil; Estado e Sociedade no Brasil; Finanças Públicas; Gestão Estratégica da Informação; Governo Eletrônico; Métodos Qualitativos; Métodos Quantitativos; Mudança Organizacional; Pensamento Social Brasileiro; Planejamento Governamental e Inteligência Competitiva; Tópicos em Administração Pública (A, B, C e D) – 12 (doze) créditos; 180 (cento e oitenta) horas/aulas.



1.4 O aluno poderá substituir 2 (dois) créditos equivalentes a 1 (uma) disciplina optativa por artigo aceito para publicação em revista indexada ao QUALIS Administração, com conceito B2 ou superior, elaborado individualmente ou em coautoria com professor do Programa, após a admissão no Curso.

1.4.1 O requerimento para substituição de créditos de que trata o item 1.4, poderá ser submetido ao Colegiado a qualquer momento no decorrer do 1º (primeiro) ano do Curso, desde que seja encaminhado até a data prevista para matrícula no 4º (quarto) trimestre letivo, conforme calendário acadêmico a ser apresentado no início de cada ano.

1.5 Para obter o grau de mestre, o aluno deverá:

1.5.1 Integralizar 25 (vinte e cinco) unidades de créditos, conforme estipulado nos itens 1.3 e 1.4.

1.5.2 Possuir suficiência em língua inglesa, conforme estipulado no item 1.6.

1.5.3 Ter seu projeto de dissertação aprovado, até a data estabelecida pelo Colegiado do Programa de Mestrado.

1.5.4 O aluno deverá elaborar ao menos um artigo derivado da sua dissertação, tendo o orientador como coautor, inclusive o coorientador, quando for o caso, e submetê-lo a periódico científico que tenha classificação B2 ou superior no QUALIS CAPES, na área de avaliação do Programa.

1.5.5 Ter sua dissertação de mestrado aprovada, até a data estabelecida pelo Colegiado do Programa de Mestrado.

1.5.6 Comprovar presença em pelo menos 10 (dez) sessões de seminários de dissertação ou de seminários de pesquisa da Escola de Governo ou de outras unidades da Fundação João Pinheiro no equivalente a 3 (três) horas/aulas cada sessão.

1.5.6.1 A exigência de presença mínima em sessões de seminários deverá ser atendida a partir da admissão do candidato ao Curso e em data anterior ao agendamento da sua defesa de dissertação.

1.5.7 Os alunos beneficiados com bolsa de estudos, obrigam-se ao cumprimento da disciplina “*Estágio em Ensino*”, a ser programada pela Coordenação de Mestrado, em conformidade com regulamento específico do Curso.

1.5.8 Não ter nenhuma outra pendência acadêmica com o Programa de Mestrado.

1.6 O requisito de suficiência em língua inglesa, mencionado no item 1.5.2, será atestado mediante o desempenho na prova desta matéria no teste ANPAD, sendo considerada satisfatória a pontuação maior ou igual à média nacional padronizada, conforme critério de cálculo constante nos editais específicos das edições válidas do referido teste.

1.6.1 O aluno poderá se submeter ao teste de inglês da ANPAD quantas vezes for necessário, até que o mesmo requisito de suficiência de que trata o item 1.5.2 seja atendido.



1.6.2 A comprovação da suficiência em inglês deverá ser atendida até o 12º (décimo segundo) mês da data de admissão do aluno no Curso e em data anterior ao agendamento da sua defesa de dissertação.

1.6.3 O não atendimento da exigência prevista no item 1.5.2 implicará no cancelamento imediato do registro e da matrícula do aluno no Curso de Mestrado.

1.6.3 A prova de inglês do teste ANPAD abrange 17 (dezesete) questões de múltipla escolha, cada uma composta por 05 (cinco) alternativas. O programa detalhado das provas encontra-se disponível permanentemente no sítio eletrônico do teste ANPAD (<http://www.anpad.org.br/teste.php>), acessando o caminho “Provas” – “Objetivos e Bibliografia” – “Inglês”.

1.7 A duração máxima prevista do Curso é de 24 (vinte e quatro) meses, incluídos os dias de recessos, de pontos facultativos, feriados e de férias escolares, prorrogável por até 6 (seis) meses, desde que constatado o caso de excepcionalidade, a ser julgado pelo Colegiado do Curso de Mestrado em Administração Pública.

1.8 A constituição de turma de disciplina(s) optativa(s) ocorrerá antes de cada trimestre letivo e levará em conta não só a disponibilidade do corpo docente, bem como o número de alunos interessados.

1.8.1 Cabe ao Colegiado do Programa de Mestrado em Administração Pública definir a(s) disciplina(s) optativa(s) a ser (em) ofertada(s) a cada trimestre letivo.

1.9 As aulas do Curso de Mestrado poderão ser ministradas nos turnos da manhã e, ou, da tarde, em quaisquer dias úteis da semana, e em quaisquer das unidades da Fundação João Pinheiro situadas nesta Capital, na Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luiz – Pampulha e/ou Avenida Brasil nº 674 – Bairro Santa Efigênia.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1 A admissão de alunos no Curso de Mestrado será feita por meio de processo seletivo realizado por Comissão Examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Mestrado composta por doutores do seu corpo de docentes permanentes.

2.2 O processo seletivo será desenvolvido em 3 (três) etapas, sendo a primeira de caráter exclusivamente eliminatória, enquanto que nas demais etapas, também eliminatórias resultarão na distribuição do total de 100 (cem) pontos, conforme discriminado abaixo:

- Primeira etapa/eliminatória: resultado geral do teste da ANPAD.
- Segunda etapa/eliminatória – 50 (cinquenta) pontos: prova dissertativa.
- Terceira etapa/eliminatória – 50 (cinquenta) pontos: apresentação de *curriculum vitae* -20 (vinte) pontos, pré-projeto de pesquisa - 10 (dez) pontos e entrevista - 20 (vinte) pontos.

2.3.1 Para o cumprimento da primeira etapa, serão consideradas as 6 (seis) edições mais recentes do teste ANPAD, incluída a de setembro de 2018.



2.3.1.1 Para o candidato que tenha participado de mais de uma edição do teste ANPAD, será considerada a de maior pontuação geral, calculada conforme os pesos definidos no item 2.3.1.2.

2.3.1.2 Para a avaliação da primeira etapa, serão atribuídos os seguintes pesos a cada uma das 5 (cinco) provas do teste ANPAD:

- Raciocínio Lógico - peso 1
- Raciocínio Quantitativo - peso 1
- Português - peso 2
- Inglês - peso 1
- Raciocínio Analítico - peso 1

2.3.1.3 Serão aprovados nesta primeira etapa 80 (oitenta) candidatos com melhor pontuação geral no teste ANPAD, dentre aqueles que tiveram suas inscrições homologadas, em conformidade com o item 3 (três) deste Edital.

2.3.1.4 Havendo empate na pontuação geral do teste ANPAD, será utilizado o seguinte critério de desempate:

- Maior nota de Raciocínio Analítico
- Maior nota de Raciocínio Lógico
- Maior nota de Raciocínio Quantitativo
- Maior nota de Português
- Maior nota de Inglês

2.3.1.5 Todas as informações sobre o teste ANPAD, incluindo o programa detalhado das provas quadrimestrais, o critério de cálculo da pontuação, o período das inscrições e data de realização das provas, estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.anpad.org.br/teste.php>.

2.3.2 A prova dissertativa consistirá no desenvolvimento de 2 (duas) questões concernentes ao campo da administração pública, visando avaliar capacidades de compreensão, interpretação e redação.

2.3.2.1 A bibliografia indicada para a prova dissertativa encontra-se relacionada no Anexo I deste Edital.

2.3.2.2 A prova dissertativa será realizada em data e horário apresentados no item 2.7 deste Edital, na sede da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – Alameda das Acácias, nº 70, Bairro São Luiz / Pampulha, Belo Horizonte - MG.

2.3.2.3 O candidato somente terá acesso à prova de que cuidam os subitens acima transcritos, mediante apresentação do documento oficial de identificação com foto.

2.3.2.4 Não será permitida a entrada de qualquer candidato na sala de aplicação da prova dissertativa, após o transcurso de 30 (trinta minutos) da hora marcada para o seu início. A saída do candidato do recinto, só será permitida após o decurso de idêntico lapso temporal do início da referida prova.



2.3.2.5 A relação dos candidatos inscritos, com as correspondentes salas de aplicação da prova dissertativa, será afixada nos murais da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, situados na Alameda das Acácias, 70 – São Luiz – Pampulha.

2.3.2.6 Serão aprovados nesta segunda etapa o número máximo de 40 (quarenta) candidatos que obtiverem pelo menos 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos seguindo a ordem de classificação.

2.3.3 O *curriculum vitae* deverá destacar o(s) título(s) obtido(s), a(s) atividade(s) profissional(ais) desenvolvidas, sejam elas de natureza técnica ou acadêmica, e a(s) atividade(s) de pesquisa da(s) qual(is) participou o candidato, envolvendo iniciação científica, relatório técnico, relatório de pesquisa, apresentação de trabalhos e publicações em anais de eventos ou em periódicos.

2.3.4 O pré-projeto de pesquisa tem como objetivo avaliar a motivação do candidato em realizar o Curso e o grau de afinidade com a área de concentração do Programa de Mestrado e com seu corpo docente.

2.3.4.1 O pré-projeto deverá ser conciso e conter, no máximo, 10 (dez) páginas, em papel A4, letras Times New Roman, tamanho 12 (doze), espaçamento 1,5 (um vírgula cinco) e margens 3 (três) cm, incluindo as referências bibliográficas.

2.3.4.2 O pré-projeto deverá estar estruturado da seguinte forma:

- Título / Autor (nome);
- Introdução: justificativa, importância e/ou atualidade do tema de pesquisa proposto;
- Referencial teórico: indicação das abordagens, linhas de pesquisa ou correntes de pensamento existentes sobre o tema ou, pelo menos, indicação das ideias centrais de autores que tratam do tema;
- Metodologia: aspectos gerais dos procedimentos de pesquisa que poderão ser adotados para viabilizar a solução do problema;
- Bibliografia: indicação correta dos livros e/ou artigos utilizados.

2.3.4.3 Receberá nota zero o pré-projeto de pesquisa que não se apresentar estruturado na forma estabelecida neste Edital.

2.3.5 A entrevista (terceira etapa do processo seletivo) avaliará o perfil acadêmico do candidato para o Curso de Mestrado, incluirá arguições acerca do currículo e do pré-projeto.

2.3.6 Serão considerados aprovados, os candidatos participantes da terceira etapa que obtiverem pelo menos 60% (sessenta por cento) dos pontos obtidos pelos 20 (vinte) melhores classificados.

2.4 Todas as etapas do processo seletivo contendo as relações dos candidatos aprovados para as etapas subsequentes serão divulgadas no site da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (<http://eg.fjp.mg.gov.br>).



2.5 É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as informações referentes a este edital, a serem divulgadas no mesmo site da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro citado no item 2.4.

2.6 A Fundação João Pinheiro procederá a publicação no Diário Oficial “**MINAS GERAIS**”, apenas da classificação final do processo seletivo, ficando o candidato com a responsabilidade de acompanhar as demais informações sobre este Edital e o resultado de todas as etapas de que cuidam os itens 2.4 e 2.5.

2.7 O processo seletivo obedecerá ao seguinte calendário:

- Período de inscrições: 0 (zero) hora do dia 17 de setembro de 2018 às 23hs e 59min. do dia 16 de outubro de 2018;
- Divulgação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas: 22 de outubro de 2018;
- Divulgação do resultado da primeira etapa: 26 de outubro de 2018;
- Realização da Prova dissertativa - segunda etapa: 31 de outubro de 2018, de 14 às 17 horas;
- Divulgação do resultado da segunda etapa: 30 de novembro de 2018;
- Período das entrevistas: 03 de dezembro a 14 de dezembro de 2018;
- Divulgação do resultado da terceira etapa e do resultado final: 02 de janeiro de 2019.

2.8 Ao final de cada etapa do processo seletivo, e até o dia 02 de janeiro de 2019, o candidato poderá protocolar requerimento de recurso na Secretaria de Registro e Controle Acadêmico da Escola de Governo, conforme modelo constante no Anexo II.

2.8.1 Os recursos serão analisados e decididos pela Comissão Examinadora e referendadas pelo Colegiado do Programa de Mestrado.

2.8.2 O resultado de cada recurso será disponibilizado em até 3 (três) dias úteis da data em que for protocolado.

2.8.3 Em nenhum momento, as provas escritas e outros documentos relativos ao processo seletivo poderão ser reproduzidos ou retirados da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

3. INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO

3.1 Para se inscrever, o candidato deverá preencher o formulário eletrônico de inscrição, diretamente na página web <http://academico2.fjp.mg.gov.br/processoseletivo> e submeter eletronicamente neste endereço, durante o período de vigência das inscrições, os seguintes documentos digitalizados:

- a) Carteira de identidade;
- b) Título de eleitor e documento de quitação eleitoral (comprovante de votação referente à última eleição ou certidão de quitação eleitoral emitida em <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
- c) Comprovante de quitação das obrigações militares (no caso de candidatos do sexo masculino);
- d) Cadastro de Pessoa Física – CPF;



- e) Certidão de nascimento ou casamento.
- f) Histórico escolar de graduação.
- g) Diploma de curso superior de graduação, devidamente reconhecido e registrado pelo MEC, ou documento equivalente ou, ainda, declaração emitida pela coordenação do curso, atestando estar o candidato em condições de concluir o curso de graduação até o final do prazo estabelecido neste Edital para realização da matrícula no Curso de Mestrado.
- h) Currículo no modelo Lattes/CNPq completo, disponível em www.lattes.cnpq.br, com destaque para a produção intelectual relevante, anexando documentação comprobatória das publicações de sua autoria ou co-autoria.
- i) Pré-projeto de pesquisa em conformidade com o item 2.3.4.
- j) Quitação da taxa de inscrição referente ao item 3.2.
- k) Caso o candidato seja portador de necessidades especiais, deverá anexar atestado médico dispondo sobre a espécie e o grau/nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como o enquadramento previsto no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal no 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3.1.1 Comprovante de que o candidato realizou uma das edições válidas do teste ANPAD, ou de que está devidamente inscrito na edição de setembro de 2018.

3.1.1.1 A partir da data de sua inscrição neste processo seletivo, até a divulgação do resultado final, o candidato deverá manter, em seu cadastro junto ao sistema on-line do teste ANPAD, a opção pelo Curso de Mestrado em Administração Pública da Fundação João Pinheiro, sob pena de ser excluído do processo seletivo regulamentado neste Edital.

3.2 A taxa de inscrição no processo seletivo, no valor de R\$ 60,00 (sessenta) reais, deverá ser paga por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), instituído pelo Decreto Estadual nº. 44.180, de 22.12.05, emitido diretamente na página web <http://academico2.fjp.mg.gov.br/processoseletivo> .

3.2.1 Somente nas situações de cancelamento ou suspensão do processo seletivo haverá devolução da taxa de inscrição.

3.3 No ato da inscrição, os candidatos portadores de necessidades especiais estão obrigados a declarar, no formulário eletrônico de inscrição, o tipo de deficiência e se necessitam de condições especiais para se submeterem à prova dissertativa e à entrevista.

3.3.1 Ao portador de necessidades especiais serão asseguradas as condições para a sua participação no processo seletivo, mediante atendimento especial, desde que previamente solicitado, nos termos de Lei Estadual nº 14.367 de 19 de julho de 2002.

3.3.2 As pessoas portadoras de necessidades especiais participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e aprovação.

3.4 A inscrição do candidato no processo seletivo somente será efetuada com a anexação ao formulário eletrônico de inscrição de toda a documentação digitalizada descrita neste Edital.



3.4.1 A relação nominal dos candidatos que tiveram as inscrições homologadas será disponibilizada no site da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (<http://eg.fjp.mg.gov.br>).

4. MATRÍCULA E INÍCIO DO CURSO

4.1 A matrícula regular no Curso de Mestrado deverá ser efetuada junto à Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, Alameda das Acácias, 70; São Luiz / Pampulha - Belo Horizonte MG, nos dias 29 e 30 de janeiro de 2019, das 09:00 às 16:00 horas, com as aulas previstas para ter início em 04 de fevereiro de 2019.

4.2 A matrícula do candidato aprovado somente será efetuada com a entrega do formulário de matrícula, devidamente preenchido, datado e assinado, a ser disponibilizado na Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, e acompanhado dos documentos abaixo listados:

- a) 02 (duas) fotos ¾ recentes (tiradas há menos de seis meses).
- b) Cópia da carteira de identidade;
- c) Cópia do título de eleitor e documento de quitação eleitoral (comprovante de votação referente à última eleição ou certidão de quitação eleitoral emitida em <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
- d) Cópia do comprovante de quitação das obrigações militares (no caso de candidatos do sexo masculino);
- e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- f) Cópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Cópia do Histórico escolar de graduação;
- h) Cópia de Diploma de curso superior de graduação, devidamente reconhecido e registrado pelo MEC, ou documento equivalente ou, ainda, declaração emitida pela coordenação do curso, atestando estar o candidato em condições de concluir o curso de graduação até o final do prazo estabelecido neste Edital para realização da matrícula no Curso de Mestrado.

4.2.1 O candidato que não anexar ao formulário eletrônico da sua inscrição no processo seletivo, documento que comprove ter concluído Curso Superior de graduação, nos moldes do item 3.1. alínea “g”, deverá obrigatoriamente apresentá-lo no ato da matrícula no Curso do Mestrado.

4.2.2 A matrícula deverá ser feita presencialmente, pelo próprio candidato ou por seu procurador devidamente designado para este fim, em instrumento próprio, e com firma reconhecida em Cartório de Notas.

4.2.3 Pedidos de aproveitamento de disciplinas cursadas em outros programas de pós-graduação *stricto sensu* poderão ser solicitados somente no período da matrícula inicial no Curso.

4.2.3.1 Compete ao Colegiado do Programa de Mestrado deliberar sobre os pedidos de aproveitamento de disciplinas já cursadas, tendo por base o regulamento específico do Curso.

4.2.3.2 Informações sobre aproveitamento de disciplinas já cursadas poderão ser obtidas pelo e-mail mestrado@fjp.mg.gov.br ou pelo telefone (31) 3448 9570.



5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A Fundação João Pinheiro, por intermédio da sua Escola de Governo, reserva-se o direito de alterar o cronograma previsto neste Edital sem a necessidade de prévia anuência dos candidatos, desde que haja prévio aviso no portal da Instituição com até 3 (três) dias úteis de antecedência.

5.2 Maiores informações e esclarecimentos:

Secretaria de Registro e Controle Acadêmico - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
- Fundação João Pinheiro

Tel: (31) 3448 9519, 3448 9570;

e-mail: srca@fjp.mg.gov.br

5.3 A inscrição do candidato no presente processo seletivo, implicará na aceitação e concordância com as normas contidas neste Edital.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2018.

ROBERTO DO NASCIMENTO RODRIGUES
Presidente da Fundação João Pinheiro



ANEXO I

BIBLIOGRAFIA

BICHIR, Renata Mirandola. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 104, p. 104-137, 2016. Disponível em: <
http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1625/file_1625.pdf>.

CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela S.; OLIVEIRA, Vanessa E. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. IN: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela S.; OLIVEIRA, Vanessa E. (Orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA, 2018. p. 59-83. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil_cap02.pdf

FILGUEIRAS, Fernando. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 71-88, jan. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000100071&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612161430>.

PRZEYBILOVICZ, Erico; CUNHA, Maria Alexandra; MEIRELLES, Fernando de Souza. O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e smart city. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 630-649, jul. - ago. 2018. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/75718> <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612170582>



ANEXO II

MODELO DE RECURSO

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Seleção da turma 2019-2021 do Curso de Mestrado em Administração Pública

USO EXCLUSIVO DO CANDIDATO

01. NOME COMPLETO:

02. VAGA A QUAL SE CANDIDATOU:

03. ETAPA DO PROCESSO SELETIVO QUE ESTÁ RECORRENDO:

04. ORIENTAÇÕES GERAIS DE PREENCHIMENTO:

1. Preencha todos os campos do Formulário.
2. Escreva com clareza e coesão os campos das Justificativas e Informações Adicionais.
3. Date e Assine o Formulário.
4. Siga as Instruções do Edital, não ultrapasse a data limite de entrega do Recurso.

05. OBJETO DO RECURSO:

06. JUSTIFICATIVA/ FUNDAMENTAÇÃO:

07. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

